



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 76.331.941/0001-70

## PROJETO DE LEI Nº 104/21

DATA: 29/06/21

SÚMULA: Dá nova redação ao art. 23 da Lei Municipal nº 701/11 e dá outras providências.

AMIN JOSÉ HANNOUCHE, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

### FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

### LEI:

Art. 1º- O art. 23 da Lei Municipal nº 701/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

*Art. 23. Fica a Administração Municipal autorizada a firmar parcerias, através da AMUSEP, de forma não onerosa, com as associações comunitárias que tenham autorização/previsão estatutária para a realização de atividade na área de habitação popular e execução de obras de urbanização e edificação de Loteamentos Populares de Habitação de Interesse Social.”*

.....”

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de junho de 2021

Amin José Hannouche  
Prefeito Municipal

Claudio Trombini Bernardo  
Procurador Geral do Município



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 76.331.941/0001-70

## PROJETO DE LEI Nº 104/21 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Tem o presente a finalidade de dar nova redação ao art. 23 da Lei Municipal nº 701/11 que dispõe sobre loteamentos populares para habitação de interesse social e estabelece outras normas sobre habitação popular no Município de Cornélio Procopio.

Naquela oportunidade, na exposição de motivos ao projeto de lei que resultou na Lei Municipal nº 701/11, fora justificado que o objetivo da Lei seria de permitir a realização de projetos sociais de moradia e implantação do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), visando promover o planejamento, e viabilizar recursos financeiros necessários para a realização das ações da política habitacional a fim de garantir o acesso à moradia digna **por parte da população de baixa renda**. O plano integraria o planejamento da política municipal de habitação exigido dos municípios para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Além de planejar, ele prevê a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social.

Justificou-se ainda naquela oportunidade que o processo de elaboração contemplaria a proposta metodológica, diagnóstico do setor habitacional e estratégias de ação, que resultam em um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional. O LPHIS (loteamentos populares de habitação de interesse social) considera as diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor e está focado em projetos **destinados à população de baixa renda**. Ele coloca a política e a gestão habitacional, problema urbano tão estrutural para a cidade, na pauta pública do município, visando programar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. Além disso, visualiza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas sem fins lucrativos que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Argumentou-se também que na estrutura da política habitacional do Governo Federal, o programa visa possibilitar a participação da população, a discussão e a ação do poder municipal para resolver o problema do déficit habitacional (quantitativo e qualitativo) que atinge a grande parte da população brasileira de **baixa renda**, e que o processo de elaboração desses projetos contempla três etapas – proposta metodológica, diagnóstico do setor habitacional e estratégias de ação que resultam em um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção para o setor habitacional, conforme afirmação do Ministério das Cidades.

Em 2017, o Município, através da Lei Complementar Municipal nº 03/17, incluiu 02 (duas) áreas como Zona Especial de Interesse Social no Município, sendo que no pertinente Projeto de Lei Complementar nº 03/17, na exposição de motivos, esclareceu-se que:





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 76.331.941/0001-70

*"...Tal proposta, decorre da necessidade de se estabelecer Zona Especial de Interesse Social no Município, com previsão no Plano Diretor, especificamente na Lei Complementar nº 090/08, de modo a permitir que o Município fique habilitado a receber benefícios do Governo Federal para a construção de moradias de interesse social, a um custo bem acessível, contemplando a população de baixa renda.*

*Como se sabe, por força da Portaria nº 269, de 22/03/17, do Ministério das Cidades, devidamente publicada no DOU de 24/03/17, permite a elaboração de projetos destinados à aquisição e alienação de unidades habitacionais com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arredondamento Residencial – FAR, e contratação de operações com recursos transferidos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.*

*Ainda, diante dos termos dessa Portaria o projeto poderá ser desenvolvido por particulares, obedecidos os preços definidos pelo Governo Federal e respectiva destinação à população de baixa renda.*

*Esclarece-se que o Município já possui a Lei que dispõe sobre loteamentos de interesse social (Lei nº 701/11), para abrigar todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social do Governo Federal necessário se faz a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social no território do Município, razão do presente projeto....."*

Assim, como os **LOTEAMENTOS POPULARES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** poderão ser desenvolvidos por particulares, necessário se faz criar legislação que permita a participação do Poder Público nesses casos, desde que esse empreendedor seja pessoa jurídica **declarada de utilidade pública, sem fins lucrativos** e o empreendimento esteja em área considerada como **Zona Especial de Interesse Social**, de modo a contribuir com a toda a comunidade considerada **de baixa de renda**, razão do presente projeto.

unânime.

Assim, por ser projeto de interesse social, contamos com sua aprovação

Atenciosamente

  
**Amin José Hannouche**  
Prefeito Municipal